

---

# A Nova Guerra: uma introdução<sup>1</sup>

The New War: an introduction

Luiz Felipe Machado Villanova<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente texto tem como fim introduzir o leitor ao conceito de guerra revisto por Antonio Negri e Michael Hardt em *Multidão*. A introdução, portanto, abrange apenas a primeira parte da obra. Ver-se-á, a partir da óptica dos autores, como a guerra tem mudado na contemporaneidade: de um eventual conflito entre Estados para uma ferramenta multiuso, usada constantemente para fins muito além dos interesses militares.

**Palavras-chave:** guerra; estado; relações internacionais.

**Abstract:** this text aims to introduce the reader to the concept of war revised by Michael Hardt and Antonio Negri in *Multitude*. Thus, it covers only the first part of their work. One will see, from the perspective of the authors, how the war has changed nowadays: from any conflict between states to a multipurpose tool, constantly used to achieve ends far beyond the military interests.

**Keywords:** war; state; international relations.

## Introdução

*Multidão*, publicada originalmente em 2004 por Michael Hardt e Antonio Negri, dá continuidade a análise aplicada em *Império*, obra considerada como o "Manifesto Comunista do Século XXI"<sup>3</sup>. Nela, os autores desvelaram uma nova ordem global, bem como o seu *modus operandi*.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na disciplina de Relações Internacionais na Filosofia Política, ministrada pelo professor Dr. Agemir Bavaresco, PUCRS.

<sup>2</sup> Mestrando em Filosofia pela PUCRS, bolsista CAPES (e-mail: felvillanova@gmail.com).

<sup>3</sup> Cf. ŽIŽEK, Slavoj.

Em *Multidão*, os autores apontam algumas das características estruturais dessa nova ordem global, sugerindo que as pessoas, ou melhor, a Multidão, pode fazer uso da mesma estrutura para combater o Império. E a ferramenta mais poderosa dessa estrutura imperial não é a propaganda: é a guerra.

## **Guerra**

As guerras mudam, e de acordo com essas mudanças muda também o próprio conceito de guerra. Tradicionalmente, a guerra é entendida como uma luta armada entre nações, grupos de uma mesma nacionalidade ou de diferentes etnias, com o objetivo de impor supremacia ou defender interesses materiais ou ideológicos. Ou seja, uma luta armada entre Estados.

Entretanto, nas últimas décadas, a humanidade tem vivenciado um extenso e quase permanente estado de guerra: não de Estados contra Estados, mas de Estados contra civis (sejam eles sujeitos internos ou externos). Trata-se, então, de uma guerra civil global.

Esse cenário demonstra que a paz deixou de ser a regra. “O estado de exceção tornou-se permanente e generalizado; a exceção transformou-se em regra, permeando tanto as relações internacionais quanto o espaço interno” (p. 26).

Dessa forma o conceito de guerra evolui de um conflito armado entre Estados-nação para um tipo de regime político, contrariando a máxima de Carl von Clausewitz: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. A política, na realidade, parece estar voltada para a perpetuação da guerra.

A explicação repousa sobre o enfraquecimento da autoridade dos Estados, que é constantemente testada, tanto por sujeitos internos quanto por sujeitos externos. As consequências desse novo tipo de guerra são:

a) indeterminação temporal: ao contrário das antigas guerras entre Estados-nação, a guerra agora tem duração indeterminada, passando de um estado de exceção para um estado de guerra. Sendo regra, não há uma vitória final, precisando a guerra ser vencida diariamente;

b) cruzamento entre política interna e relações internacionais: uma vez que a figura do inimigo deixa de ser necessariamente a do “estrangeiro hostil”

ou “inimigo externo”, a nação é mergulhada em um estado de paranoia constante, o qual legitima o Estado a adotar uma postura bélica interna em prol da segurança: as atividades militares e policiais se misturam;

c) complexidade de alinhamento: cercadas por inimigos abstratos e potencialmente ilimitados, os Estados-nação enfrentam dificuldades para orientar suas condições de inimizade (o que torna um sujeito em um inimigo), comprometendo dessa forma uma clara definição dos lados da batalha.

No entanto, ainda que existam dificuldades de identificação, essa complexidade favorece, potencialmente, a expansão e a universalização das alianças entre Estados. A “guerra contra o terrorismo” é um exemplo desse tipo de aliança entre Estados, usada para universalizar a guerra para além das fronteiras.

### **Terrorismo**

Assim, entramos em outra discussão: o que é terrorismo? Inicialmente, o conceito referia-se a atentados anarquistas à bomba na Ásia e na Europa, chamada de “propaganda pelos feitos”. Atualmente o conceito foi reinventado, podendo ser classificado como: a) revolta ou rebelião contra um governo legítimo; b) exercício da violência política por parte de um governo (violação dos direitos humanos); c) prática da guerra em violação das regras de combate (ataques contra civis, por exemplo).

Ora, de acordo com esses termos, tanto organismos tidos como terroristas – como a rede Al-Qaeda – quanto alguns Estados (principalmente àqueles unidos, da América), podem ser considerados terroristas. O conceito de terrorismo mostra-se indefinido e, portanto, não serve como base argumentativa para a guerra.

E de onde vem essa necessidade de argumento para a guerra? Vem das limitações impostas pelo direito internacional e pelos direitos humanos. As regras impostas aos Estados pelo direito internacional limitaram a sua capacidade de guerrear uns contra os outros, e as regras impostas pelos direitos humanos limitaram o uso da força até mesmo dentro dos territórios nacionais.

Destarte, o Estado encontra-se incapaz de legitimar a violência, comprometendo seriamente a sua autoridade.

Num mundo em que nenhuma forma de violência pode ser legitimada, toda violência pode ser considerada terrorismo. (...) As definições contemporâneas de terrorismo variam muito, dependendo de quem define seus elementos centrais: governo legítimo, direitos humanos e normas de guerra. A dificuldade de estabelecer uma definição estável e coerente de terrorismo está intimamente ligada ao problema do estabelecimento de um conceito adequado de violência legítima. (NEGRI e HARDT, 2004, p. 51).

Incapazes de legitimar a violência interna e contra outras nações, os Estados tiveram de rever a sua noção de guerra. A partir da assinatura do Tratado de Mísseis Antibalísticos pelos Estados Unidos da América e a União Soviética, em 1972, o conceito de guerra começa a ser repensado: se o inimigo não pode mais ser destruído, ele deve ser transformado. Essa nova lógica leva em conta o inimigo como sustentáculo da guerra: “a presença do inimigo demonstra a necessidade de segurança” (p. 56). E a segurança da nação pode, potencialmente, justificar a guerra.

Mas e quem são os inimigos? Os inimigos são todos aqueles sujeitos que põem em risco a autoridade do Estado, ou melhor, toda força que resista ao regime da guerra. Ironicamente, o inimigo do Estado passa a ser, na maioria das vezes, o próprio povo.

### **A Nova Guerra**

É nesse contexto de indefinição do “lado inimigo” que se dá o renascimento da guerra, com a chamada *revolution in military affairs* (revolução nos assuntos militares). A nova guerra não mobiliza exércitos, reduzindo consideravelmente as baixas e os danos materiais sem reduzir necessariamente o poder de neutralizar o inimigo.

Um pequeno grupo de soldados altamente treinados, carregando equipamentos de última geração, pode neutralizar o líder do exército inimigo dentro de horas. Às vezes nem mesmo a presença de um soldado é necessária, já que mísseis e naves podem ser controlados remotamente. “A guerra torna-

se, assim, **virtual** do ponto de vista tecnológico e **incorpórea** do ponto de vista militar” (p. 73).

A disparidade tecnológica é tão acentuada que inviabiliza processos de paz, uma vez que apenas um dos lados no campo de batalha sofre danos e baixas. O outro lado, virtualmente invencível, não busca outra coisa senão a continuidade da guerra até a vitória absoluta.

A nova guerra traz uma velha questão anteriormente observada na história. As forças armadas, em alguns países, já não podem ser vistas como “o povo em armas”. Por trás do super soldado muitas vezes encontra-se um ex-militar, mercenário, trabalhando não necessariamente pelos interesses do seu país.

Do mesmo modo, suas armas muitas vezes não são produzidas pelo Estado ao qual serve, mas por empresas privadas que dependem do mercado de armas, alimentado pela guerra. E se a guerra confunde-se com a política, a política dos Estados, então, se confunde com a política das corporações. Nesse sentido, argumentam os autores:

A teoria da revolução nos assuntos militares (RMA) é uma grave corrupção da arte da guerra. Os mercenários armados são um exército de corrupção. (...) Os comandantes militares responsáveis por setores estratégicos em amplas regiões do mundo lideram-nos como cónsules, como governadores políticos e militares. Tudo isto já aconteceu na era dos imperialismos e dos colonialismos, mas então os conquistadores eram em respeitável grau controlados pelos dirigentes políticos em seus países de origem. (NEGRI e HARDT, 2004, p. 78).

É nesse contexto de superposição entre Estados, corporações e organizações internacionais que surge um novo conceito. Não há mais o imperialismo nacionalista, uma superpotência colonizadora. Há uma rede, o Império. A evolução do conceito proposta pelos autores é descrita por Yildiz Atasoy, ao afirmar que há “um declínio do poder soberano dos Estados, que cede lugar, gradualmente, ao 'Império', o qual emerge como uma nova forma de soberania (...)” (ATASOY, 2009, p. 3, tradução nossa).

Da mesma forma, a resistência contra o Império não é mais representada pelos Povos, movimentos sociais ou exércitos revolucionários.

Não há a mais luta contra o Estado em si, liderada por um grupo que busca tomar o poder: há uma rede, a Multidão.

O conceito de multidão se difere do conceito tradicional de “povo” por, dentre outras coisas, não buscar a substituição do Estado ou tomar o poder. Conforme Negri e Hardt:

O Povo tem sido, tradicionalmente, uma concepção unitária (...): 'o povo' é um. A multidão, em contraste, 'é muitos' (...), é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou a uma identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes modos de vida; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares (NEGRI e HARDT, 2004, p. XIV, tradução nossa).

A Multidão, composta por diferentes grupos e indivíduos, é relativamente consciente da estrutura do Império: ela sabe (ou intui) que os problemas sociais estão interligados de alguma maneira, e que os sujeitos opressores não se limitam aos Estados. Ela sabe que a legitimação da ordem baseia-se fundamentalmente na guerra. “Resistir à guerra, (...) resistir à legitimação dessa ordem global, torna-se assim uma tarefa ética comum” (p. 130).

### **Considerações finais**

A revisão conceitual empregada pelos autores é de suma importância para melhor compreender o papel da guerra nas relações internacionais. Desde a sua última evolução, durante a guerra fria, o conceito de guerra permaneceu inalterado nos dicionários e na mentalidade das pessoas em geral.

Negri e Hardt, fortemente influenciados por Marx e Foucault<sup>4</sup>, redescobrem a guerra como uma ferramenta de Estado, multiuso, usada para fins muito além dos seus interesses militares. A guerra, hoje, legitima o Estado a usar da violência contra os civis, dentro e fora de seu próprio território, tanto para neutralizar seus inimigos armados quanto para silenciar as vozes dissonantes dos cidadãos. Ademais, a evolução tortuosa da guerra, apontada

---

<sup>4</sup> Cf. CALLINICOS, A. *Toni Negri in Perspective*.

com propriedade pelos autores, representa não só a sua corrupção, mas também um gravíssimo perigo à sociedade, na medida em que os Estados, enfraquecidos, contaminam as rédeas de suas Forças Armadas com os interesses de empresas multinacionais e outras organizações.

### Referências Bibliográficas

ATASOY, Yildiz. *Hegemonic transitions, the state and crisis in neoliberal capitalism*. London: Routledge, 2009.

CALLINICOS, Alex. *Toni Negri in Perspective*. International Socialism n. 92. Londres, 2001. Disponível em: <http://pubs.socialistreviewindex.org.uk/isj92/callinicos>. Acesso em: 10 dezembro 2012.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2005.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Penguin Press: New York, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. *Have Michael Hardt and Antonio Negri Rewritten the Communist Manifesto for the Twenty-First Century?*. Rethinking Marxism, v. 13, n. 3-4. Florida, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/089356901101241875>. Acesso em: 10 dezembro 2012.